



CENTRO SOCIAL DE FIGUEIRO DO CAMPO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



[Handwritten signature]
Mónica

Índice

INTRODUÇÃO	3
ÁREA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	3
RESPOSTAS SOCIAIS.....	3
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO.....	3
CENTRO DE DIA	5
ESCOLA DE MÚSICA.....	6
DESPORTO	7
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	7
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PARA AS RESPOSTAS SOCIAIS	7
RECURSOS HUMANOS.....	8
APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO.....	9
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
ANEXOS	
ATIVIDADES REALIZADAS SAD E C. DIA	1



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Senhores Sócios:

De acordo com o estipulado na alínea b) do art. 29º dos Estatutos do Centro Social, vem a Direção apresentar aos associados, para discussão e votação o relatório e contas do ano de 2018.

O relatório e contas foram elaborados tendo em conta os gastos e receitas que ocorreram durante o ano, no período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Horário de Funcionamento da **Instituição**: Todos os dias do ano das 08h00 às 21h00.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) destina-se ao acompanhamento das pessoas idosas no “seu espaço” proporcionando-lhe tranquilidade e algum bem-estar, sem ter que sair do seu meio habitacional, destina-se também ajudar as famílias a cuidarem dos seus familiares mais idosos, dar resposta às suas necessidades primárias, apoio nas atividades de vida diária quando começa a sentir limitações. Tem ainda como objetivo diminuir o isolamento de pessoas a que, pela condição e terceira idade são votadas, através de atividades sócio – recreativas.

O SAD do CSFC iniciou em junho de 1998, com uma capacidade de resposta para 15 utentes.



Após várias revisões de acordos com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, em outubro de 2013 o CSFC passou a ter uma capacidade protocolar para 60 clientes, mantendo protocolo com o ISS para 40 clientes.

Em termos práticos o número de clientes, em média, abrangidos pelo SAD durante o ano de 2018 foi de **41**.

O SAD presta os seguintes Serviços:

- Distribuição de Refeições (Pequeno – almoço, Almoço e Jantar);
- Apoio e acompanhamento de refeições;
- Higiene Pessoal;
- Cuidados de imagem e Conforto Pessoal;
- Higiene Habitacional;
- Tratamento de Roupas;
- Apoio noturno (18h às 21h);
- Administração de medicação e outros cuidados de saúde;
- Apoio na aquisição de bens e pagamento de serviços;

Para além da prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, esta resposta social contou com um conjunto de atividades lúdicas proporcionando, desta forma, uma melhor qualidade de vida dos clientes.

Horário de Funcionamento **SAD**: Segunda a Domingo das 08h30 às 21h00.



CENTRO DE DIA

Em 2005, o CSFC abriu mais uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio familiar, onde se desenvolve um conjunto de programas ocupacionais de lazer adequados aos clientes, nas mais variadas condições e etapas das suas vidas. Este conjunto de programas visam promover a qualidade de vida da pessoa idosa, assim como atividades que permeiam a prevenção, estimulação e manutenção das capacidades físicas, mentais, cognitivas e relacionais da mesma, tendo em vista a revalorização da individualidade e da sua contínua autonomia.

Com uma capacidade para 30 clientes, o CSFC tem desde novembro de 2016 um protocolo estabelecido com a Segurança Social para 18 clientes.

Durante o ano de 2018 a frequência de idosos no Centro de Dia foi, em média, de **18** clientes.

O Centro de Dia contempla os seguintes Serviços:

- Transporte (de e para o Centro de Dia);
- Fornecimento e acompanhamento de Refeições (Pequeno – almoço, Almoço e Lanche);
- Cuidados de Higiene, imagem e Conforto Pessoal;
- Tratamento de roupas;
- Administração de medicação e outros cuidados de saúde;
- Apoio na aquisição de bens e pagamento de serviços;

No Centro de Dia os clientes desenvolvem ainda várias atividades, tais como:

- Destreza Manual – Pintura, Expressão Plástica, Tapeçaria;
- Atividades Físicas - ginástica, Treino de Remo Indoor Sénior;



[Handwritten signature]
Azenha
[Handwritten signature]

- As capacidades inatas das AVD's;
- Passeios ao ar livre;
- Passeios/visitas a locais de interesse geral.

Horário de Funcionamento de **Centro de Dia**: Segunda a Sexta-feira das 08h30 às 18h00
– Encerra no dia 25 de dezembro, 01 de janeiro e feriados.

Importa ainda ressaltar que para além dos serviços prestados em equipamento, são ainda **prestados serviços no domicílio**, tanto aos fins-de-semana, como fora do horário de funcionamento da resposta durante os dias úteis, em virtude da extrema necessidade de cada utente, pelo agravamento do nível de dependência assim como a ausência de disponibilidade dos seus familiares em assegurar este tipo de serviços, o que tem vindo a originar uma maior afetação de recursos humanos para o desenvolvimento da resposta, tais como:

- Domicílio de manhã diária (higiene pessoal, vestir);
- Apoio noturno (higiene pessoal, vestir, deitar);
- Distribuição e acompanhamento de Refeições aos fins-de-semana;
- Jantar diário;
- Higiene Habitacional.

ESCOLA DE MÚSICA

No âmbito da educação e cultura, a música é um elemento importante na construção de competências desenvolvidas através de processos diversificados de apropriação de sentidos, de técnicas, de experiências de reprodução, de criação e reflexão de acordo com os níveis de desenvolvimento das crianças, jovens e adultos.



Um dos pontos que se pretende evidenciar são as experiências individuais e de grupo, tendo como base atividades de simulação, planificação e interpretação.

O número médio de alunos na escola de música foi de **7**.

ÁREA DO DESPORTO

Continuou a desenvolver-se a prática de Remo Indoor junto da população sénior, que se estende a todos os clientes das diversas respostas da Instituição, continuando desta forma a dar seguimento a um projeto já implantado em anos anteriores.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

O Centro Social continua a investir na formação contínua do seu pessoal, a promover as suas próprias Ações de Formação, permitindo e apoiando a participação dos mesmos em Congressos e Encontros Científicos.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PARA AS RESPOSTAS SOCIAIS

Em 2018 deu continuidade à formação dos seus colaboradores no que respeita a esta área. Atualmente não se prevê um prazo para implementar o sistema.



[Handwritten signature]
A 20/12/2018
[Handwritten signature]

RECURSOS HUMANOS

O Centro Social conta atualmente com 21 colaboradoras no seu quadro de pessoal. Durante o ano de 2018 não houve quaisquer colaboradores a custos reduzidos, enviados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional:

Enquadramento Técnico	Categorias	Número
Pessoal Técnico Não Docente	Diretora de Serviços	1
	Diretora Técnica	1
	Técnica Superior de Serviço social	1
	Animadora Sócio – Cultural	1
Pessoal Técnico Docente	Professor de Música a)	1
Pessoal Auxiliar	Cozinheira	3
	Motorista	1
	Auxiliar	12
	Ajudante de Ação Direta	1
	Auxiliar b)	0
Pessoal Administrativo	Contabilista Certificado	1
	Administrativa	1
TOTAL		24(*)

(a) Em regime de avença.

(b) Em regime de CEI.

(*) **Nota**– Na realidade, o número de funcionários afetos às diversas valências do Centro Social de Figueiró do Campo é de 21 elementos; este número não coincide com o total apresentado no quadro anterior, uma vez que há diversos elementos que acumulam mais que uma função dentro da instituição.



APRECIAÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

O ano de 2018 continuou a ser um ano de manutenção das atividades desenvolvidas, e também um ano de contenção e máximo controlo de custos, não se tendo verificado investimentos consideráveis.

Aos gastos e rendimentos comuns, foi aplicada a chave de imputação em função do número de utentes, sendo de 70% para o Serviço de Apoio Domiciliário e 30% para o Centro de Dia.

As atividades a que nos propusemos foram realizadas com sucesso, segue em anexo as peças contabilísticas e demais documentos que permitem a compreensão do presente relatório. Todos os esforços neste sentido, refletem-se no resultado que foi possível atingir.

Total de Rendimentos	374.103,17 €
Total de Gastos	370.447,71 €
Resultado Líquido do período	3.655,46 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que os Resultados Líquidos apurados no Exercício de 2018, no valor de 3.655,46 € sejam transferidos para Resultados Transitados.

Figueiró do Campo, 23 de março de 2018

Manuel Francisco G. Azeite

Alfredo Luís Oliveira Balo
João Luís Gonçalves Lopes

ANEXO I

Handwritten signature and date:
17/06/18

	ATIVIDADES REALIZADAS
Admissão de Clientes	Durante o ano de 2018, registou-se a admissão de 2 clientes para o Centro de Dia (CD)
	Durante o ano de 2018, registou-se a admissão de 14 clientes para o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
Celebração da Palavra realizada pelo Pároco da Freguesia	Durante o ano de 2018, uma vez por semana (4ªfeira), de tarde, foram realizadas a Celebração da Palavra. Foram realizadas 8 Celebrações da Palavra para clientes de CD, SAD e Comunidade.
Promoção da Atividade de Ginástica “Movimento Por Um Sorriso” – em parceria com o Município de Soure	Durante o ano de 2018, uma a duas vezes por semana, de manhã, foram realizadas 11 atividades de ginástica /por ano para clientes de CD e SAD.
Organização/participação em atividades ocupacionais, lúdicas e destreza manual	Comemoração de aniversários dos clientes de Centro de Dia.
	Comemoração do aniversário do Centro Social de Figueiró do Campo no dia 30/07/2018 com os clientes de Centro de Dia e colaboradoras.
	Elaboração de pequenas atividades de destreza manual alusivas a dias festivos , tais como: Dia de Reis, Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Santos Populares, Dia dos Avós.
	Atividades de Culinária.
	Visita ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima no dia 28/06/2018 de 19 clientes , acompanhados pela Diretora Técnica e por 4 funcionárias. Participaram um total de 24 pessoas.
	Magusto , no dia 9/11/2018 com os clientes de Centro de Dia e colaboradoras; Aos clientes de SAD foram entregues cartuchos de castanhas no domicílio.
	Lanche de Natal dos clientes de Centro de Dia, no dia 21/12/2018, com a participação de um grupo de Concertinas para animação de 19 clientes, 7 colaboradoras e 2 membros da Direção do CSFC, num total de 28 pessoas.
Participação em atividades lúdicas/festivas, organizadas por outras instituições e entidades	Torneio de Remo Indoor organizado pela Associação da Vinha da Rainha no dia 23/05/2018. Participaram 9 clientes (CD e SAD) acompanhados pela Diretora Técnica e 1 colaboradora, num total de 11 pessoas.
	Encontro Intergeracional de Soure organizado pelo CLDS Soure 3G no dia 26/07/2018. Participaram 20 clientes (CD e SAD) acompanhados pela Diretora Técnica e 4 colaboradoras, num total de 25 pessoas.
	Torneio de Remo Indoor “ S. Mateus” organizado pela APPACDM de Soure no dia 24/09/2018. Participaram 10 clientes (CD e SAD) acompanhados pela Diretora Técnica e 1 colaboradora, num total de 12 pessoas
	III Mercadinho da EB1 da Anobra organizado pela associação de Pais no dia 14/11/2018. Participaram 20 clientes (CD e SAD) acompanhados pela Diretora Técnica e 1 colaboradora, num total de 22 pessoas.
	I Mercadinho da EB1 de Figueiró do Campo no dia 14/12/2018. Participaram 20 clientes (CD e SAD) acompanhados pela Diretora Técnica e 1 colaboradora, num total de 22 pessoas.

Centro Social de Figueiró do Campo
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 502672854
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente		1.055.525,77	1.058.076,44
Ativos fixos tangíveis		690,57	566,70
Investimentos financeiros		1.056.216,34	1.058.643,14
Ativo corrente		741,25	1.187,98
Inventários		14.194,35	14.151,20
Créditos a receber		1.448,50	2.096,50
Estado e outros entes públicos		7.809,00	7.371,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		480,97	0,00
Diferimentos		3.349,34	8.698,12
Outros ativos correntes		1.812,62	751,56
Caixa e depósitos bancários		29.836,03	34.256,36
		1.086.052,37	1.092.899,50
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		458.544,29	458.544,29
Fundos		76.334,44	69.657,34
Resultados transitados		247.993,53	249.129,60
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		782.872,26	777.331,23
		3.655,46	6.677,10
Resultado líquido do período		786.527,72	784.008,33
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente		150.769,61	169.945,85
Financiamentos obtidos		150.769,61	169.945,85
Passivo corrente		18.066,86	17.743,68
Fornecedores		53.908,71	56.462,33
Estado e outros entes públicos		8.417,49	0,00
Financiamentos obtidos		68.361,98	64.739,31
Outros passivos correntes		148.755,04	138.945,32
		299.524,65	308.891,17
Total do passivo		1.086.052,37	1.092.899,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

A Direcção

Manuel Francisco R. Azenha

O responsável

Ana Luísa Gonçalves
(C.C. nº 83640)

Alcindo Bessa Oliveira Baptista
por Ana Luísa Gonçalves

Centro Social de Figueiró do Campo

Contribuinte : 502672854

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.018	2.017
Vendas e serviços prestados	10	148.994,67	139.785,46
Subsídios, doações e legados à exploração	12;	195.749,34	193.823,20
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	41.887,20	40.672,07
Fornecimentos e serviços externos	17.14	45.565,75	45.126,24
Gastos com o pessoal	15	260.275,72	245.587,00
Outros rendimentos	17.15	29.359,16	24.244,16
Outros gastos	17.16	4.476,87	1.558,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		21.897,63	24.909,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.2.1; 5	8.521,37	7.883,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		13.376,26	17.026,05
Juros e gastos similares suportados	17.17	9.720,80	10.348,95
Resultados antes de impostos		3.655,46	6.677,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.655,46	6.677,10

A Direcção

O responsável

~~Manuel Francisco G. Ferreira~~

Alfredo Bessa Pereira
João Luís Gonçalves Lopes

João Luís Gonçalves
(cc. nº 83640)

Resultados por Valências

RENDIMENTOS E GASTOS	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Escola de Música	Protocolo Município AEC's	TOTAL
Vendas e serviços prestados	57.989,92	90.242,75	762,00		148.994,67
Subsídios, doações e legados à exploração	24.708,92	169.240,42	1.800,00		195.749,34
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	12.566,16	29.321,04			41.887,20
Fornecimentos e serviços externos	12.609,55	31.756,20	1.200,00		45.565,75
Gastos com o pessoal	83.801,21	176.474,51			260.275,72
Outros rendimentos	7.713,65	18.786,84		2.858,67	29.359,16
Outros gastos	999,79	3.470,08	7,00		4.476,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-19.564,22	37.248,18	1.355,00	2.858,67	21.897,63
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2.161,20	6.360,17			8.521,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21.725,42	30.888,01	1.355,00	2.858,67	13.376,26
Juros e rendimentos similares suportados	2.916,22	6.804,58			9.720,80
Resultado antes de impostos	-24.641,64	24.083,43	1.355,00	2.858,67	3.655,46
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-24.641,64	24.083,43	1.355,00	2.858,67	3.655,46

A Direção

Manuel Encarnação G. Ribeiro

O Responsável

Aurélien G. G. (C.C. nº 83640)

Alfredo Soares Oliveira de Sousa
Presidente da Assembleia

Centro Social de Figueiró do Campo

Anexo

31 de dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações.....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	15
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	16
14	Imposto sobre o Rendimento	167
15	Benefícios dos empregados	177
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
17	Outras Informações	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3	Créditos a receber.....	18
17.4	Outros Ativos Correntes.....	199
17.5	Diferimentos	19
17.6	Outros Ativos Financeiros	19
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	19
17.8	Fundos Patrimoniais	20
17.9	Fornecedores	20
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	20
17.11	Outros Passivos Correntes	211
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	21
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	21

17.14 Fornecimentos e serviços externos	21
17.15 Outros rendimentos.....	22
17.16 Outros gastos	22
17.17 Resultados Financeiros	223
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	233

[Handwritten signatures and notes]
 17.14 Fornecimentos e serviços externos

1 Identificação da Entidade

O Centro Social de Figueiró do Campo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 110 de 12-05-1994, Série III, com sede em Rua da Estrada nacional, Figueiró do Campo, Soure. Tem como atividade a Prestação de serviços na área da Ação Social, os seus estatutos definem os seguintes objetivos:

- Promover ações de solidariedade social, nomeadamente, ao desenvolvimento de atividades de proteção à infância e juventude, comunidade e população ativa, aos idosos e deficientes;
- Desenvolver a promoção desportiva, recreativa e cultural dos associados;
- Promover o convívio social e a cooperação com organismos públicos e particulares;
- Promover ações de formação educativa de caráter geral.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março com as alterações contempladas no Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 - 16
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 - 16

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Sem ocorrência a registar

3.2.5 Propriedades de Investimento

Sem ocorrência a registar

3.2.6 Investimentos financeiros

Contempla o valor entregue para FCT – Fundo de compensação do Trabalho.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Sem ocorrência a registar

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Centro Social de Figueiró do Campo
Rua da Estrada Nacional, 1

Kzenha

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Sem ocorrência a registar

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Não aplicável

Bens do património histórico, artístico e cultural

Não aplicável

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	19.557,86	0,00				19.557,86
Edifícios e outras construções	317.020,00	0,00				317.020,00
Equipamento básico	44.014,04	0,00				44.014,04
Equipamento de transporte	86.423,78	5891,7				92.315,48
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	13.101,23	79,00				13.180,23
Outros Ativos fixos tangíveis	2.251,76	0,00				2.251,76
Ativos fixos tangíveis em curso	755.862,65	0,00				755.862,65
Total	1.238.231,32	5.970,70	0,00	0,00	0,00	1.244.202,02
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	38.042,40	6.340,40				44.382,80
Equipamento básico	42.002,87	540,8				42.543,67
Equipamento de transporte	85.693,78	1317,37				87.011,15
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	12.164,07	322,8				12.486,87
Outros Ativos fixos tangíveis	2.251,76	0,00				2.251,76
Total	180.154,88	8.521,37	0,00	0,00	0,00	188.676,25

	2017					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	19.557,86	0,00				19.557,86
Edifícios e outras construções	317.020,00	0,00				317.020,00
Equipamento básico	43.419,53	594,51				44.014,04
Equipamento de transporte	86.423,78	0,00				86.423,78
Equipamento biológico	0,00	0,00				
Equipamento administrativo	12.087,40	1.013,83				13.101,23
Outros Ativos fixos tangíveis	2.251,76	0,00				2.251,76
Ativos fixos tangíveis em curso	755.862,65	0,00				755.862,65
Total	1.236.622,98	1.608,34	0,00	0,00	0,00	1.238.231,32
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	31.702,00	6.340,40				38.042,40
Equipamento básico	41.396,98	605,89				42.002,87
Equipamento de transporte	85.063,78	630,00				85.693,78
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	11.857,08	306,99				12.164,07
Outros Ativos fixos tangíveis	2.251,76	0,00				2.251,76
Total	172.271,60	7.427,08	0,00	0,00	0,00	180.154,48

Propriedades de Investimento

Não aplicável

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

Não aplicável

Outros Ativos Intangíveis

Não aplicável

7 Locações

Não aplicável

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	169.945,85	169.945,85	8.417,49	130.769,61	139.187,10
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	0,00	11.000,00	11.000,00	-	20.000,00	20.000,00
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	0,00	169.945,85	169.945,85	8.417,49	150.769,61	159.187,10

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	790,86	42.234,57	1.165,38	1.187,98	42.145,41	704,94	741,25
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	790,86	42.234,57	1.165,38	1.187,98	42.145,41	704,94	741,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				40.672,07			41.887,20
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rébito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00

Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	146.236,67	138.030,46
Quotas e joias	2.758,00	1.755,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	148.994,67	139.785,46

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não aplicável

Passivos contingentes

Não aplicável

Ativos contingentes

Não aplicável

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
CDSS	192.685,24	185.533,12
IEFP	0,00	5.629,08
Município Soure	3.064,10	1.800,00
Banco Alimentar Contra Fome	0,00	861,00
Total	195.749,34	193.823,20

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, igualmente de 5.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 e em 31/12/2017 foi de 21.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	210.756,15	194.037,58
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	46.666,04	44.057,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.307,73	1.973,68
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	545,80	5.518,36
Total	260.275,72	245.587,00

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00

Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros (FCT)	190,57	66,70
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	690,57	556,70

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	7.809,00	7.371,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	7.809,00	7.371,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	14194,35	14.151,20
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	14.194,35	14.151,20

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.800,00	3.330,00
Outras operações		3.868,12
Outros Devedores	1.549,34	1.500,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	3.349,34	8.698,12

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	480,97	0,00
Total	480,97	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

Sem ocorrência a

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	273,07	151,77
Depósitos à ordem	1.539,55	599,79
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	1.812,62	751,56

1720762

[Handwritten signature]

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	458544,29	0,00	0,00	458544,29
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	69657,34	6677,10	0,00	76334,44
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	249129,60	5891,70	-7027,77	247993,53
Total	777331,23	12568,80	-7027,77	782872,26

A Diminuição de 7.027,77 € representa o reconhecimento dos Subsídios ao Investimento por contrapartida do valor das depreciações do exercício desses ativos.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	18.066,86	17.743,68
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	18.066,86	17.743,68

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre Valor Acrescentado (Restit. IVA)	1.448,50	2.096,50
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.448,50	2.096,50
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	981,00	854,00
Segurança Social	52916,99	55.597,37
Outros Impostos e Taxas	11,62	10,96
Total	53.908,71	56.462,33

17.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		65.416,77		62.506,64
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		174,04		132,80
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		446,20		535,65
Outros credores		2.324,97		1.564,22
Total	0,00	68.361,98	0,00	64.739,31

17.12 Outros Passivos Financeiros

Sem ocorrência a registar

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	192.685,24	185.533,12
Subsídios de outras entidades	3.064,10	8.290,08
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	195749,34	193.823,20

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	9.758,86	9.701,56
Materiais	1.808,98	2.128,24
Energia e fluidos	22.799,39	21.673,99
Deslocações, estadas e transportes	13,22	4,50

Serviços diversos	11.185,30	11.622,45
Total	45.565,75	44.145,91

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	2958,06	2.954,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	26.401,10	21.290,03
Correções relativas a períodos anteriores	4,46	0,00
Imputação Subsídios ao Investimento	7.027,77	6.340,40
Consignação IRS e 15% IVA suportado	4.268,87	3.572,57
Donativos	15.100,00	10.271,65
Total	29.359,16	24.244,16

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4.476,87	1.558,18
Correções relativas a períodos anteriores	3.528,60	501,49
Outros não especificados	948,27	1.056,69
Total	4.476,87	1.558,18

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9.589,39	10.254,63

Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	131,41	94,32
Total	9.720,80	10.348,95
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-9.720,80	-10.348,95

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral em 31/03/2019.

Figueiró do Campo, 31 de dezembro de 2018

A Contabilista Certificada nº 83640

A Direção

Ana Elisa Gonçalves

Manuel Francisco G. Azente
Alfredo Beirão Oliveira
João Luís Gonçalves Lopes

Centro Social de Figueiró do Campo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		147.706,13	139.809,55
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		92.234,29	99.130,22
Pagamentos ao pessoal		175.638,63	170.724,29
Caixa gerada pelas operações		-120.166,79	-130.044,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		141.786,40	163.561,08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		21.619,61	33.516,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		5.970,70	594,51
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		5.891,70	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-79,00	-594,51
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		33.000,00	6.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		18.944,38	0,00
Juros e gastos similares		10.535,17	29.116,47
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		24.000,00	10.574,22
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-20.479,55	-33.690,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.061,06	-769,08
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		751,56	1.520,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.812,62	751,56

A Direcção

O Responsável

Manuel Francisco G. Azeiteira
Alcinda Bessa Oliveira
José Luís Gonçalves Lopes

Ana Cláudia Gonçalves
 (C.C. n.º 83840)



Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas da Direcção do Ano 2018

Introdução

1. Em cumprimento do disposto no Estatuto do Centro Social de Figueiró do Campo (ECSFC), examinámos o Relatório e Contas, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas do Centro Social de Figueiró do Campo, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de balanço de 1.086.052,37 euros e um total do fundo de Capital de 786.527,72 euros, incluindo um resultado líquido do período positivo de 3.655,46 euros).

Responsabilidades

2. Nos termos do ECSFC é da competência da Direcção do Centro Social de Figueiró do Campo a apresentação do Relatório e Contas e respectivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada no citado ECSFC e consiste na emissão de parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

Âmbito

4. Não definindo o ECSFC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O relatório Anual da Actividade Fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito do ECSFC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa actividade fiscalizadora.

6. Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o Relatório e Contas e as demonstrações financeiras.

Parecer

7. Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direcção e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Social de Figueiró do Campo em 31 de dezembro de 2018 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as políticas contabilísticas aplicadas.

O Conselho Fiscal: Figueiró do Campo, 23 de Março de 2019

Patrícia Ferreira da Silva
João Figueiredo Lourenço
António Miguel